

atas
10 Congresso

SOPCCOM

Ciências da Comunicação

Vinte Anos de Investigação em Portugal

Título	Ciências da Comunicação Vinte Anos de Investigação em Portugal
Editores	Teresa Antas de Barros ; Sónia Ferreira ; Paula Lobo ; Salomé Morais ; Paula Rodrigues ; Filomena Sobral ; Luís Sousa
ISBN	978-989-99840-4-2 Viseu, 2019 © O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização da publicação de imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.
eBook	998 páginas
Design	Paula Rodrigues
Paginação	Pedro Araújo
Edição	SOPCOM / Instituto Politécnico de Viseu

A PERDA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS NA ÍNDIA. ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS NO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* E *JORNAL DO COMÉRCIO*

THE LOSS OF THE PORTUGUESE COLONIES IN INDIA. NEWS FRAMING IN THE JOURNALS *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* AND *JORNAL DO COMÉRCIO*

Helena Lima¹
Olívia Pestana²

PALAVRAS-CHAVE

ocupação colonial;
invasão de Goa;
análise de conteúdo;
Diário de Notícias;
Jornal do Comércio

KEYWORDS

colonial occupation;
Goa invasion;
content analysis;
Diário de Notícias;
Jornal do Comércio

Resumo

A invasão de Goa pelas forças indianas, a 18 de dezembro de 1961, pôs fim às pretensões portuguesas sobre o território e foi o culminar de um crescendo de tensões que de alguma forma foram reportadas pela imprensa da União. O mal-estar vivido na colónia indiana foi igualmente tema nos jornais portugueses, sendo apresentada neste trabalho, uma análise do Diário de Notícias e do Jornal do Comércio, publicados no mês de Dezembro de 1961. Os enquadramentos noticiosos adotaram várias estratégias narrativas e específicos enfoques discursivos. No campo jornalístico, a prática profissional usa a remissão para a fonte como estratégia de objetividade. Contudo, e neste caso, a utilização sistemática das agências pode implicar a noção de uma informação previamente tratada e não direta, nomeadamente no uso da Lusitânia e da ANI como fontes quase exclusivas de informação. A hierarquização noticiosa é outro dos processos de enquadramento inevitável, uma vez que as chamadas à capa e o volume crescente de notícias indicia o valor-notícia do tema ou a sua desvalorização.

Abstract

The invasion of Goa by Indian forces on December 18th, 1961, put an end to Portuguese claims to territory and was the culmination of a growing number of tensions that were reported in some way by the Union press. The malaise in the Indian colony was also a theme in the Portuguese newspapers, and this paper presents an analysis of the Diário de Notícias and Jornal do Comércio, published in December 1961. The news framing adopted several narrative strategies and specific discursive approaches. In the journalistic field, professional practice uses the reference to sources as a strategy of objectivity. However, in this case, the systematic use of the agencies may imply the notion of previously treated and non-direct information, namely in the use of Lusitania and ANI as quasi-exclusive sources of information. The news hierarchy is another of the unavoidable framing processes, since the presence in the cover and the increasing volume of news indicate the news-value of the theme or its devaluation.

¹ Universidade do Porto. Email: hllima@letras.up.pt.

² Universidade do Porto. Email: opestana@letras.up.pt.

Introdução

O fim da ocupação colonial portuguesa na Índia ocorreu depois de uma série de confrontos no plano diplomático e algumas escaramuças militares. No âmbito internacional, o clima vivido nas Nações Unidas tinha deixado de ser favorável às pretensões portuguesas (Silva, 1995). A estratégia diplomática nacional passou pela defesa dos territórios coloniais como parte integrante, já não do império, mas da nação no seu todo metropolitano e de além-mar. Esta política procurava apoio nas nações tradicionalmente aliadas, em particular Espanha e Brasil, com relatos de notícias que eram favoráveis a Portugal. Os jornais espelhavam esta diplomacia, mas também enquadravam os apoiantes dos movimentos independentistas na estratégia expansionista da Rússia Comunista.

O ano de 1961 foi marcado por fortes elementos de valor-notícia, ainda que o exercício da censura tenha restringido este imperativo do jornalismo, enquanto atividade noticiosa onde os factos relevantes são publicados de maneira a permitir uma opinião pública esclarecida. Não sendo esse o caso do regime ditatorial português, ainda assim, a imprensa destacava, dentro do modelo repressivo vigente os aspetos que faziam notícia dentro da atualidade da época, como era o caso do desvio do paquete Santa Maria e os confrontos decorrentes da guerra colonial em Angola. Sendo estes desaires claros do regime, era natural que houvesse um controlo mais apertado sobre a imprensa, de forma a minimizar o efeito que enquadramentos “excessivamente realistas” pudessem ter sobre a opinião pública portuguesa.

Significa isto que, sendo a remissão para o facto a prática profissional jornalística normal, esta teria de ser cuidadosamente contornada com a referência constante de fontes institucionais, que eram normalmente ou agências de inteira confiança, como era o caso da ANI e Lusitânia, ou ainda os telexes devidamente “editados” das agências estrangeiras. Assim, nos dias compulsados para este estudado, e apesar de ser dada grande cobertura a estes acontecimentos, a informação veiculada foi muito focada na defesa da causa nacional e na ilegalidade das ações que punham em causa o direito ancestral português aos territórios ultramarinos. O desvio do Santa Maria foi, como é sabido, tratado como um ato de pirataria e foi essa a posição defendida pelo Estado português nas instâncias internacionais, nomeadamente na ONU e no pedido de auxílio aos Estados Unidos (Melo, 1996; Antão, Tavares, 2008)

Face ao relevo dado aos temas anteriores, a Índia Portuguesa não foi considerada valor-notícia de primeira grandeza e, portanto, esteve ausente das capas naquele ano de 1961 por muito tempo. A predominância temática foi sobretudo dada a Angola e Moçambique, as joias da coroa do império colonial português que para além dos atos

institucionais do governo e do noticiário internacional, constituíam as manchetes mais habituais. No final do ano, esta primazia viria a ser alterada com a invasão de Goa pelas forças indianas, a 18 de dezembro de 1961. Contudo, a relevância noticiosa dada ao tema parece ter sido feita com relutância fosse por falta de meios no território ou porque o regime adivinharia já o desfecho desfavorável. A perda definitiva das cidades indianas sob administração portuguesa foi o culminar de um crescendo de tensões que foram sendo notícia na imprensa da União Indiana.

De acordo com o Keesing's Record of World Events (2006), a campanha militar durou escassas 24 horas e foi suficiente para dominar Goa, Damão e Diu. Ainda segundo este relatório, as queixas das autoridades indianas denunciando sevícias por parte das tropas portuguesas foram notícia nos jornais daquele país, sendo dos atentados contra os direitos humanos o argumento usado pelo presidente Nehru para justificar a invasão militar para expulsar os portugueses. A tónica noticiosa apresentada pela União Indiana serviu de enquadramento para os argumentos que foram esgrimidos no plano internacional, nomeadamente nas Nações Unidas, num período em que a causa pela autodeterminação dos povos estava na ordem do dia e inserida nos contextos mais complexos da Guerra Fria. Quer a Índia quer Portugal entenderam a necessidade de apresentar a legitimidade das suas pretensões, sendo que ambos recorreram ao direito ancestral e à vitimização para convencer a opinião pública, quer dos leitores dos respetivos países quer internacional.

Na imprensa portuguesa, só em dezembro de 1961 a colónia indiana passou a ter honras de chamada à capa. Para além da importância do acontecimento e do intrínseco valor-notícia, a censura foi omnipresente durante toda a ditadura, sendo, portanto, determinante na forma como a questão da Índia Portuguesa foi relatada. Contudo, este estudo preliminar não se centra nos constrangimentos censórios, mas sim nos formatos encontrados pela estratégia noticiosa na cobertura deste acontecimento.

Objetivos e Abordagem Metodológica

Este trabalho trata de uma abordagem preliminar ao tema da perda das colónias da Índia Portuguesa, centrando-se esta análise no *Diário de Notícias* e do *Jornal do Comércio*, publicados no mês de dezembro de 1961. Previamente foi compulsado todo o ano para melhor entender as dinâmicas noticiosas daquele ano e os temas em notícia. Procurou-se ainda determinar o momento em que a questão indiana passou a ser determinante. A metodologia utilizada consistiu na recolha da amostra de notícias, procurando-se entender, através de uma grelha de conteúdos e de índices de assuntos, quais as estratégias jornalísticas utilizadas. Num segundo momento, procedeu-se a uma análise de conteúdo direcionada para os elementos discursivos.

No plano do estudo das dinâmicas jornalísticas, procurámos aferir como a questão indiana como valor-notícia foi relevante em termos de hierarquização, pela camada à capa e o tipo de manchetes utilizadas (Roskos-Ewoldsen, Roskos-Ewoldsen, Carpentier, 2002). Sendo este um tema caro ao regime ditatorial e à noção de nação, procurámos entender os processos de enquadramento ou *framing* utilizados, que possam ter conferido leituras particulares por parte da opinião pública. (Goffman,1974; Entman,1993; Scheufele,1999). Enquadrar significa delimitar um conjunto de mensagens, conferindo-lhes um sentido segundo padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção e ênfase e exclusão (Gitlin, 1980). Por outro lado, desenvolve os fatores de cognição a partir de um legado cultural comum e gera contextos explicativos (Capella; Jamieson, 1997). Os enquadramentos selecionam, desvalorizam ou realçam aspetos das notícias (Entman, 2010), segundo valores organizados, socialmente partilhados e persistentes ao longo do tempo, que conferem estrutura ao mundo social (Reese, 1990).

A metodologia selecionada resulta da aproximação de duas áreas disciplinares, que se podem complementar num estudo como o que está em causa neste trabalho, ou seja, a utilização de métodos das Ciências da Comunicação e da Informação. Se por um lado estão patentes as marcas subjacentes a uma análise crítica do discurso destes textos da imprensa, por outro são utilizadas as técnicas descritas por Laurence Bardin (2011) a respeito da análise de conteúdo e suas possibilidades técnicas de análise categorial ou temática, associadas ao veiculado na Norma Portuguesa 3715 de análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação (1989). O desenvolvimento de índices de assuntos de textos noticiosos tem sido descrito como complexo (Ahmar, 1991), requerendo uma avaliação crítica de títulos de notícias, legendas, parágrafos iniciais, termos únicos, frases compostas e declarações que compõem as notícias. Exige, portanto, na nossa perspetiva, o que Bardin aponta como a necessidade de evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

Conforme referimos, esta análise incide sobre o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, escolha que resulta de razões opostas, quer pelas linhas editoriais específicas, quer pela dimensão e cobertura noticiosa de cada um deles.

O *Jornal do Comércio* foi lançado em 1853 por João Pereira da Silva e Mateus Pereira d'Almeida e Silva e tinha propósitos idênticos a periódicos com conteúdos similares em vários países e que davam informação comercial na época. No seu prospeto de lançamento prometia “lançar a luz da publicidade sobre as transacções e movimentos comerciais e fazer um serviço ao mesmo tempo aos produtores e consumidores, aos que oferecem os seus produtos à venda, aos que necessitam de se prover deles.” Apesar da evolução em termos

de conteúdo, o *Jornal do Comércio* passou por várias vicissitudes e em 1881, foi adquirido pela firma Henrique Burnay & C.ia, passando a ficar ligado à banca. Com a revolução republicana passou a ser dirigido por uma figura de grande prestígio do jornalismo nacional, Alberto Bessa, e passou a designar-se *Jornal do Comércio e das Colónias* (1911), numa clara defesa dos interesses portugueses em África, bem como uma perspetiva puramente nacionalista e comercial. Com a ditadura, o *Jornal do Comércio e Colónias* passou a alinhar com os novos ventos, sendo a propriedade detida pela empresa *Jornal do Comércio e das Colónias*, até 1959, altura em que passou a Empresa do *Jornal do Comércio*, SARL. Esta alteração decorreu do regime salazarista enveredar por uma nova terminologia e as colónias passaram a ser “províncias ultramarinas”.

O jornal retomou o título inicial e ainda nos anos 50, iniciou a sua edição vespertina. O novo diretor, Maurício de Oliveira procurou dar ao jornal uma orientação editorial com uma vertente noticiosa mais abrangente, que durou até à década de 70 (Lima, 2008). Durante o período em análise, já como vespertino, não tinha uma periodicidade diária, tinha um espaço de impressão reduzido em relação a outros jornais nacionais, sendo o aspeto gráfico pouco desenvolvido, com poucas imagens e pouco uso de cor. Contudo, o seu foco informativo era justamente a atividade comercial e económica e uma parte da sua informação tratava destes temas, embora houvesse também um noticiário mais generalista.

O *Diário de Notícias*, lançado em 1864, foi o primeiro jornal informativo português. O *DN* resultava da vontade de duas pessoas: Tomaz Quintino Antunes, proprietário da Tipografia Universal e Eduardo Coelho, que tinha tido experiência jornalística em vários jornais da capital. Assim, o novo projeto foi anunciado como

um jornal popular, noticioso, instrutivo e moralizador, imparcial e sem dependências financeiras ou políticas, acessível literariamente a todas as inteligências e pecuniariamente a todas as bolsas, jornal com programa e processos análogos aos de algumas folhas estrangeiras e rapidamente se tornou num jornal de sucesso com tiragens superiores aos concorrentes.

A rápida implantação do *Diário de Notícias* em Lisboa e a influência que exercia no público da capital e sul do país, sendo o jornal de maior tiragem, levou a que a ditadura militar lhe conferisse uma grande relevância. Desde o início da ditadura que o jornal passou a ser controlado pelo governo e revestiu-se de grande importância para o novo regime e António Ferro procurou articulá-lo com os objetivos de propaganda idealizados para edificação do Estado Novo. As mudanças nas chefias foram raras e o diretor escolhido foi Augusto de Castro, figura fiel à ditadura, sendo o seu mandato de 1939 a 1971. A estabilidade do *Diário de Notícias* espelha bem que para além da ação fiscalizadora da censura, o conteúdo noticioso podia ser fortemente condicionado pela intervenção das

chefias. Esta orientação fiel era ainda assegurada pelo o facto de a propriedade do *Diário de Notícias* estar parcialmente nas mãos da Caixa Geral de Depósitos (CGD), passando depois a CGD a único proprietário. Portanto, e face ao exposto, o DN conseguiu manter a primazia no período da ditadura, quer pela prosperidade económica, mas também pelos anunciantes e pelas tiragens (Lima, 2008).

Do ponto de vista deste estudo e face à dimensão e propósito de cada um dos jornais, estabelecer uma comparação com base numa abordagem quantitativa seria desadequado, dada a diferença de meios, dimensão, estrutura empresarial e públicos. De realçar ainda que o *Diário de Notícias* era um diário e o *Jornal do Comércio* saía dia sim dia não, mas a periodicidade não era constante. Assim, propõe-se, no plano metodológico, encontrar pontos de convergência nas estratégias jornalísticas usadas, bem como a evolução da temática em estudo, quer nos procedimentos dos rituais jornalísticos, quer nos aspetos visíveis de condicionamento da informação.

O *Jornal do Comércio* e o *Diário de Notícias*: Uma Breve Análise Comparativa dos Procedimentos Jornalísticos

O *Jornal do Comércio* teve, no início de dezembro, uma cobertura escassa e sem menção a fontes de informação sobre a questão indiana. Só a partir do dia oito o tema passa a ser tratado com mais detalhe, com chamada à capa e continuação no interior. As fontes mencionadas são apenas a ANI e a Lusitânia. As notícias são de pequena dimensão e o tratamento no interior do jornal é escasso. A primeira mensagem veiculada é a de que o território está em paz, mas no interior esta ideia é contrariada: “A vida em Goa é absolutamente normal, assim como em toda a Índia Portuguesa”. Este tema é retomado na página três, onde ainda se referem os ataques de Nehru a Portugal, a partir de Nova Delhi. O jornal refere ainda o “ataque à ilha de Angediva”, mas não desenvolve a informação. Este primeiro ataque da marinha indiana é referido várias vezes, mas nenhum dos jornais o noticiou. Como era habitual em função do regime censório faziam-se desmentidos ou minimizavam-se acontecimentos sem os ter noticiado previamente. O texto da página três é confuso: refere este ataque, reporta outra fonte, o Heraldo (que e presume que fosse indiano), mas os cortes tornam o relato incoerente e não permitem perceber o incidente.

Uma das estratégias discursivas adotadas é o palco internacional e nesta edição refere-se “a carta do delegado português na ONU ao presidente em exercício do Conselho de Segurança” dando conta das “provocações indianas”. Os dias seguintes continuam a referir as picardias diplomáticas da União Indiana contra Portugal e a fonte é sempre a ANI.

O editorial, intitulado “Goa ameaçada”, assinado pelo diretor Fausto Lopo Carvalho, dá ênfase à importância da temática, do ponto de vista jornalístico. O texto é a defesa das

pretensões coloniais portuguesas, mas também replica o discurso oficial da bravura dos portugueses e da grande desproporção das forças em conflito. A partir do dia 15, a escalada dos acontecimentos é visível, ainda que o jornal não apresente um grande volume de informação. As fontes permanecem as mesmas, com exceção para um comunicado do Ministério do Ultramar. As notícias dão conta das investidas da união indiana e da evacuação de mulheres e crianças. O título para 16/17 de dezembro indicia que houve preparativos militares para resistir a uma invasão. Nos dias seguintes a invasão era um ato consumado e as notícias breves, ainda que o espaço na capa fosse maior. Ainda assim, o jornal referia a resistência dos portugueses em Goa. Na edição de 19 de dezembro podia ler-se: “As reduzidas forças portuguesas combatem heroicamente ante a esmagadora superioridade dos assaltantes que flagelam as quase indefesas cidades da Índia Portuguesa, com bombardeamentos do mar e do ar.” No dia 20, o título do jornal é “Luto nacional” em caixa, a duas colunas e não está assinado. Há ainda um editorial não assinado, “No campo da honra”, onde se elogiam os princípios dos portugueses e a imoralidade de Nehru. Nos dias seguintes, as notícias vão sendo cada vez mais escassas. O dia 29 anuncia o regresso dos “povos de Goa a Portugal”.

Do ponto de vista informativo, o *Diário de Notícias* tem o mesmo tipo de estratégias informativas e os processos de *framing* têm pontos em comum com o exemplo anterior, contudo, a cobertura jornalística é muito mais exaustiva e a variedade estilística também. As notícias têm maior dimensão e o desenvolvimento nas páginas interiores é mais rico, bem como um maior recurso a imagens, quer fotográficas, quer de mapas ou outras.

Em termos temporais, assiste-se a uma evolução idêntica, com o aumento de notícias e títulos na primeira página, à medida que o desfecho se torna inevitável. Tal como no *Jornal do Comércio*, os temas focam-se mais nos palcos de debate internacional e nos apoios de potências estrangeiras. A diferença mais acentuada é o volume de informação e a multiplicação de fontes. Aqui as agências ANI e Lusitânia continuam a ter a primazia, mas outras como a Reuter e a France Press são igualmente citadas, estratégia que se mantém ao longo desta cobertura noticiosa. Outras fontes são omissas, citando-se o local de origem, o que é recorrente na informação proveniente do lado indiano, onde se indicam as cidades (Nova Delhi, Calcutá, etc.). O mesmo é válido para outras cidades do mundo ocidental. Por vezes são referidos meios de comunicação estrangeiros, com ou sem especificação. Na maior parte dos casos a ANI faz um apanhado de informação, que por vezes é de leitura difícil, dado o facto de o texto não ser citado diretamente e de haver cortes. Esta situação repete-se com fontes estrangeiras ou indianas identificadas, o que torna os textos muito confusos. As outras fontes citadas são as entidades oficiais portuguesas, em discursos ou comunicados. O DN tinha também um correspondente na ONU (Ayala Monteiro), que

mandava notícia própria para o jornal sobre todas as iniciativas portuguesas, discursos ou informação negativa para a União Indiana.

Este diário usava uma maior diversidade de fontes que alimentavam múltiplas chamadas à primeira página. Até à invasão, o número de títulos sobre a ex-colónia portuguesa aumentou, quer sobre acontecimentos diretos, ocorridos no território, quer sobre os esforços da diplomacia, no plano internacional. O posicionamento indiano foi também chamado à primeira página, obviamente num enquadramento negativo. Houve ainda notícias correlacionadas, em que a União Indiana ou Nerhu sofreram processos de *framing* negativos. Esta articulação noticiosa resultou num processo de composição típico do jornalismo, mas que também serviu a estratégia do regime para veicular uma mensagem definida pelas fontes, pelo processo de seleção de notícias e da sua hierarquização, bem como pelos efeitos narrativos.

O *framing* era sempre o da defesa da legitimidade da posição portuguesa, mas havia também a possível leitura da vitimização, uma vez que os indianos não eram honestos nos procedimentos, para além de se apontar a disparidade de meios. O DN recorria também ao espírito de unidade da nação portuguesa face ao ataque estrangeiro:, como é o caso deste excerto publicado a 14 de dezembro: “Portugal inteiro em velada de armas e preces pede a Deus que não se apague a luz das Quinas nas terras longínquas do Estado da Índia.”

Nehru foi pessoalmente atacado em diversos títulos e textos. O alinhamento da Índia com os “terroristas” africanos foi também realçado, bem como as ligações à União Soviética. Em termos discursivos houve uma repetição das temáticas e de elementos informativos que levavam à condenação das pretensões indianas. Os enquadramentos da bravura e heroicidade dos portugueses e a falsidade de Nehru foram ainda reforçadas nos espaços editoriais, onde se reforçava a mensagem oficial e os efeitos discursivos das fontes do regime, como é patente num texto de dia 18: “O crime inqualificável de um falso pacifista. Nerhu ordenou a invasão de Goa, Damão e Diu com um exército de 30 mil homens.” Tal como no *Jornal do Comércio*, o editorial acrescentava um tom condenatório mais adjetivado, que apelava mais diretamente à emoção dos leitores. Essa vertente emocional é ainda mais patente no DN, que faz várias notícias do país em prece pelo destino e Goa, acompanhado de grandes fotografias tiradas em igrejas.

No plano informativo, o DN detalhou mais o desenrolar dos acontecimentos. Defendeu inicialmente que havia paz no território, mas foi dando notícias de enfrentamentos, e a informação tornou-se contraditória. A invasão da ilha de Angediva, por exemplo, foi descrita com muito mais detalhe do que no *Jornal do Comércio*, pelo que o acontecimento se tornou mais claro no plano factual. Ainda assim, as fontes são confusas porque este diário

citava jornais indianos, mas a informação do que realmente se passou não ficou clara, porque era fragmentada. Paralelamente, a dualidade terminológica utilizada nas primeiras páginas, foi marcante, principalmente, até ao dia 14 de dezembro. A par com as, sempre presentes, afirmações de “calma completa” e “tranquilidade”, principalmente referindo-se a Goa, encontram-se termos como “agitação”, “grave situação”, “terroristas” ou, ainda, “agressão militar” em relação aos membros da União Indiana.

O aspeto gráfico do *Diário de Notícias* também contribui para uma leitura mais aprofundada do conflito, uma vez que o diário inclui mapas onde se explicavam as fronteiras e os pontos de conflito. Havia igualmente fotografias, não da Índia, mas de personalidades políticas ou militares portuguesas. A fotografia que mais leituras emocionais poderia suscitar foi a da chegada ao aeroporto de Lisboa das mulheres e crianças que fugiram do conflito iminente. Ainda no plano gráfico, o efeito de *framing* é acentuado pela cor. O DN apresentou o uso acentuado do vermelho em vários títulos e efeitos gráficos na capa, mas no dia da invasão, toda a primeira página foi composta a negro, o que realça o *framing* do “país de luto”.

Conclusão

Os enquadramentos noticiosos adotaram várias estratégias narrativas que se traduzem em processos de *framing*, presentes na escolha das temáticas, mas também nos enfoques discursivos. No campo jornalístico, a prática profissional usa a remissão para a fonte como estratégia de objetividade. Contudo, e neste caso, a utilização sistemática das agências comunicados oficiais indicia uma informação previamente tratada e não direta, nomeadamente no uso da Lusitânia e da ANI como fontes primordiais de informação.

A hierarquização noticiosa é outro dos processos de enquadramento, uma vez que as chamadas à capa e o volume crescente de notícias traduz o valor-notícia do tema ou a sua desvalorização. O relato dos acontecimentos que levaram à saída dos portugueses do território indiano revela várias destas estratégias de proeminência ou desvalorização usadas pelos jornais portugueses.

Em termos comparativos, podemos concluir que, apesar da presença de uma estratégia narrativa similar, está patente uma maior complexidade na composição jornalística no *Diário de Notícias*, com significativamente superior cobertura dos acontecimentos, sendo, ainda, utilizadas remissões a mais agências externas do que no *Jornal do Comércio*, tais como a Reuters e a France Press. O aspeto gráfico é também mais desenvolvido no *Diário de Notícias*, com crescente utilização de fotografias de personalidades políticas e militares portuguesas, bem como ao uso da cor vermelha nos

seus títulos, destaques e sublinhados e letras maiúsculas. A utilização de imagens, vai, ainda, mais longe, recorrendo a mapas ilustrativos dos pontos de conflito no território.

O estudo preliminar aqui apresentado é revelador do interesse que o tema suscita, bem como o contributo deste tipo de casos para uma abordagem multidisciplinar sobre a imprensa em época colonial. O desenvolvimento de estudos complementares e comparados noutros jornais será um trabalho futuro de interesse neste âmbito.

Referências Bibliográficas

- Ahmar, N. (1991). Newspaper indexing. *The indexer*, 17(4), 257-266.
- Antão, N. M. & Tavares, C. G. (2008). Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Sapiens – Revista de História, Património e Arqueologia*, 0, 84-110.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cappella, J. N. & Jamieson K. H. (1997) *Spiral of cynicism: the press and the public good*. New York: Oxford University Press.
- Entman, R.M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58.
- Entman, R.M. (2008). Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign. *Journalism*, 11(4), 389-408.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. Berkeley e Los Angeles: University of California.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row.
- Indian Occupation of Portuguese Territories in India - Invasion of Goa, Daman, and Diu. - Incorporation in Indian Union. (2006). In *Keesing's Record of World Events* (formerly Keesing's Contemporary Archives), Vol. 8, March, 1962, p. 18623.
- Lima, H., (2008). *Os diários portuenses e os desafios da actualidade na imprensa: tradição e rupturas*. Tese de Doutoramento. Universidade do Porto, Porto, Portugal. Retirado de <https://hdl.handle.net/10216/25675>
- Melo, D. (1996). Assalto ao Santa Maria. In F. Rosas & J. M. B. Brito (Eds.), *Dicionário de História do Estado Novo* (pp. 67-69). Venda Nova: Bertrand.
- NP 3715 (1989). Documentação – Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação. Lisboa: IPQ.
- Reese, S.D. (1990). The news paradigm and the ideology of objectivity: a socialist at the Wall Street Journal. *Critical Studies in Media Communication*, 7(4), 390-409. DOI: <https://doi.org/10.1080/15295039009360187>
- Roskos-Ewoldsen, D.R., Roskos-Ewoldsen, B. Carpentier, F.R.D. (2002). Media priming: A synthesis. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research*, (97-120). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Scheufele, D.A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1), 103-122. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- Silva, A. E. D. (1995). O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social*, XXX(130), 5-50.